



3º Encontro Nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática *História da Educação Matemática e Formação de Professores*

Universidade Federal do Espírito Santo - Campus São Mateus
outubro 31, 2016 – novembro 2, 2016

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O ENSINO DE MATEMÁTICA NA CIDADE DE SÃO LUÍS OITOCENTISTA: tentativas de criação de uma Escola Normal

WALÉRIA DE JESUS BARBOSA SOARES¹
Universidade Estadual de Campinas

RESUMO

O presente texto apresenta como se deu o processo de criação de uma Escola Normal na cidade de São Luís, no período oitocentista, e assim, busca resgatar qual matemática, ou conteúdos matemáticos, eram pensados para a formação dos professores que ensinariam matemática. A metodologia qualitativa de abordagem histórico-documental toma como fontes primárias as leis e regulamentos educacionais da província do Maranhão, além de outros documentos referentes à criação e funcionamento de instituições escolares no Estado, no período investigado. Todos esses documentos foram encontrados na Biblioteca Pública Benedito Leite, na Biblioteca Josué Montelo e no Arquivo Público do Estado do Maranhão. Constatamos que, apesar de todas as tentativas de criação de uma Escola Normal, a cidade de São Luís só veio a tê-la funcionando, de fato, no século XX.

Palavras-chave: Escola Normal. Ensino de Matemática. Maranhão oitocentista.

INTRODUÇÃO

No período oitocentista, o Maranhão viveu pontos altos em sua economia, com vários destaques para o comércio. Nesse mesmo tempo, o setor literário foi o que mais se desenvolveu, a ponto de a cidade de São Luís, sua capital, receber o título de “Atenas Maranhense”, sendo considerada berço dos maiores letrados do país.

Sob esses aspectos socioeconômicos e culturais, a educação maranhense via suas relações estarem intimamente relacionadas com o contexto da sociedade. Como o auge do comércio, uma das principais funções da escola foi preparar os futuros trabalhadores para um ofício: o de comerciante. Cabia então ao ensino de matemática, em uma das principais tarefas, trabalhar com os conteúdos matemáticos relacionados para esse fim.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação Doutorado em Ensino de Ciências e Matemática, Universidade Estadual de Campinas-Unicamp, walleria_soares@hotmail.com.

Mas, como eram formados os professores para a finalidade da escola? Havia uma formação específica para que eles aperfeiçoassem sua prática? Para tentar responder a esses questionamentos, precisou-se compreender que a criação das escolas normais no Brasil esteve relacionada às tentativas de implantação de cursos que formassem ou aperfeiçoassem profissionais para a docência.

Portanto, este texto apresenta as tentativas de criação de uma escola normal na cidade de São Luís do século XIX e os vestígios sobre o ensino de matemática. A metodologia qualitativa, de abordagem histórica, conta com análise documental, seguindo a ideia de Burke (2005), de que tudo tem história.

Leis e Regulamentos da educação da Província do Maranhão e outros documentos referentes à criação e funcionamento de instituições escolares no Estado estão entre as fontes primárias investigadas. Tomou-se como principais acervos a Biblioteca Pública Benedito Leite, a Biblioteca Josué Montelo e o Arquivo Público do Estado do Maranhão.

Destaca-se que é de fundamental importância que os documentos escritos, tomados aqui como principais fontes de pesquisa, sejam compreendidos como “o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou manipulado, ainda que pelo silêncio” (LE GOFF, 1996, 548). Logo, a tarefa de analisá-los exige dedicação e para tanto, quando se trata de instituições escolares, há de considerar a influência de uma época na determinação dos conteúdos disciplinares (CHERVEL, 1990).

Reconhece-se que a história das instituições escolares e do seu ensino, construída por sujeitos e suas contribuições ao longo dos tempos, deva ser conhecida e discutida para que se possa compreender a sociedade através das pessoas, suas vivências e produções.

AULA DE PEDAGOGIA: a tentativa primeira de Felipe Conduru

Antes mesmo de as escolas normais serem criadas, a ideia de formação e seleção de professores já existia no Brasil colonial, por volta do início dos oitocentos. Moacyr (1936), lembra-nos do Alvará de 6 de novembro de 1772, que regulamentava os exames de professores. De acordo com o autor, os professores do ensino elementar deviam, em Portugal e nos domínios:

I. Ordeno: que os exames dos mestres que forem feitos em Lisboa; quando não assistir o presidente se façam na presença de um deputado, com dois examinadores nomeados pelo dito presidente, dando os seus votos por escrito que o mesmo deputado assistente entregará com a informação do tribunal. Em Coimbra, Porto e Évora (onde só poderá haver exames) serão feitos na mesma conformidade por um comissário e dois examinadores, também nomeados pelo presidente da mesa; os quais remeterão a ela os seus pareceres, na sobredita forma; nas Capitâneas do Ultramar se farão exames na mesma conformidade. Sempre de tudo será livre aos opositores virem examinar-se em Lisboa, quando declararem que assim lhes convém.

II. Ordeno: que o sobredito provimento de mestres se mandem afixar editais nos reinos e seus domínios para a convocação dos opositores aos magistérios. E que assim se fique praticando no futuro em todos os casos de cadeiras.

(MOACYR, 1936, p. 24)

A falta de profissionais habilitados para exercer o magistério dificultou a aplicação deste Alvará. Desta forma, só depois da independência do Brasil vimos acontecer ações em prol das escolas normais.

Esse ideário foi bastante influenciado pela reforma educacional ocorrida na França, em 1833, que constituiu “a matriz de toda a legislação de nossas Províncias até 1854” (MOACYR, 1939, p. 546). Na cidade de São Luís não foi diferente.

Em 1839, o Maranhão enviou à França o professor Felipe Conduru, “um sujeito de reconhecida, e indisputável habilidade, a fim de aprender praticamente o ensino pelo Methodo Lancastrino², o qual assim instruído venha reger uma Escola Normal na Capital da Província” (MARANHÃO. Lei Provincial 76/1838, p. 45). Desta forma, sua função seria aprender esse método de ensino, retornar ao Maranhão e multiplicar o método entre os futuros professores da cidade de São Luís.

Em 1840, como previsto, Conduru voltou e deu início à “Aula de Pedagogia”, primeira tentativa de uma formação de professores, na cidade de São Luís. Para Kulesza (1998), essa aula não era propriamente uma escola, pois,

Antes de fundarem propriamente uma Escola Normal, muitas províncias criaram um Curso Normal anexo ao Liceu simplesmente pela adição de uma cadeira de Pedagogia ao currículo, aligeirando-se a parte de formação geral e reservando-se a prática profissional para ser exercida junto a alguma escola primária pública.

(KULESZA, 1998, p.65)

² Consistia em o professor ensinar os alunos mais adiantados e depois estes repassavam o que lhes foi ensinado para os demais, os mais jovens. Era uma espécie de ensino por monitoria. Dessa forma, um único professor era capaz de lecionar, ao mesmo tempo, para um grupo imenso de alunos.

Em São Luís, mesmo sendo composta por apenas uma aula, na época ficou conhecida como “Escola Normal”.

A aula de pedagogia acontecia em uma das salas do Liceu Maranhense, que nesta época funcionava nas acomodações do convento da Igreja do Carmo, e era obrigatória para os professores primários.

Figura 1: Igreja do Carmo, onde funcionou a “Aula de Pedagogia”



Fonte: Cartão Postal antigo de São Luís, 1915.

Ocupar o mesmo espaço que o Liceu era algo que acontecia com as demais Escolas Normais do Brasil. Segundo Kulesza (1998, p.63), “os diversos Liceus provinciais constituíram referência fundamental para o desenvolvimento do ensino normal, emprestando seus professores, suas instalações e seus regulamentos para as novas escolas”.

Com pouco registro em documentos sobre o que poderia vir a ser trabalhado com relação à matemática, o que se pode dizer é que os professores deveriam ser orientados ao ensino através do método implantado.

Porém, o funcionamento dessa aula encontrou dificuldades devido aos professores não acreditarem que o Método Lancaster pudesse contribuir para a qualidade do ensino. Os professores, então, resistiram a frequentá-la, e segundo Saldanha (2008, p. 112), “em 1844, não havia mais quem quisesse se matricular para essa aula”.

Mesmo após várias tentativas, sem êxito, de reorganização da aula, para tentar de fato transformá-la em Escola Normal, em 1844 o inspetor da Instrução, Dr. Casemiro José

de Moraes Sarmiento³, resolveu encerrá-la, o que vai de encontro com Tanuri (2000, p.65), quando diz que “nos primeiros 50 anos do Império, as poucas escolas normais do Brasil, pautadas nos moldes de medíocres escolas primárias, não foram além de ensaios rudimentares e mal sucedidos”.

CURSO NORMAL: a tentativa da Sociedade Onze de Agosto

Trinta anos depois, a formação de professores foi pensada novamente. Subsidiado pelo governo, o “Curso Normal” foi organizado pela Sociedade Onze de Agosto⁴, e criado através da Lei nº 1.088 de 19 de junho de 1874. Ter uma sociedade envolvida nessa organização era prática recorrente no Brasil, pois segundo Kulesza (1998, p.69), “as iniciativas de várias Sociedades de Instrução, [eram] geralmente dirigidas à formação de moças desvalidas e com o intuito claro de profissionalização das alunas”.

Funcionando novamente no prédio do convento da Igreja do Carmo, seu programa de estudos era de caráter introdutório e o curso, de acordo com Almanak (1875, p. 352), “veio prestar à instrução primária da província um grande e importante melhoramento”.

Com duração de dois anos, o Curso Normal tinha suas próprias instruções. De acordo com Saldanha (2008),

O currículo era constituído por algumas cadeiras do ensino secundário e por uma disciplina voltada para a formação pedagógica denominada ‘Curso de Moral, Doutrina Cristã e Pedagogia’. O programa de Pedagogia dividia-se em duas partes: Didática e Metodologia.

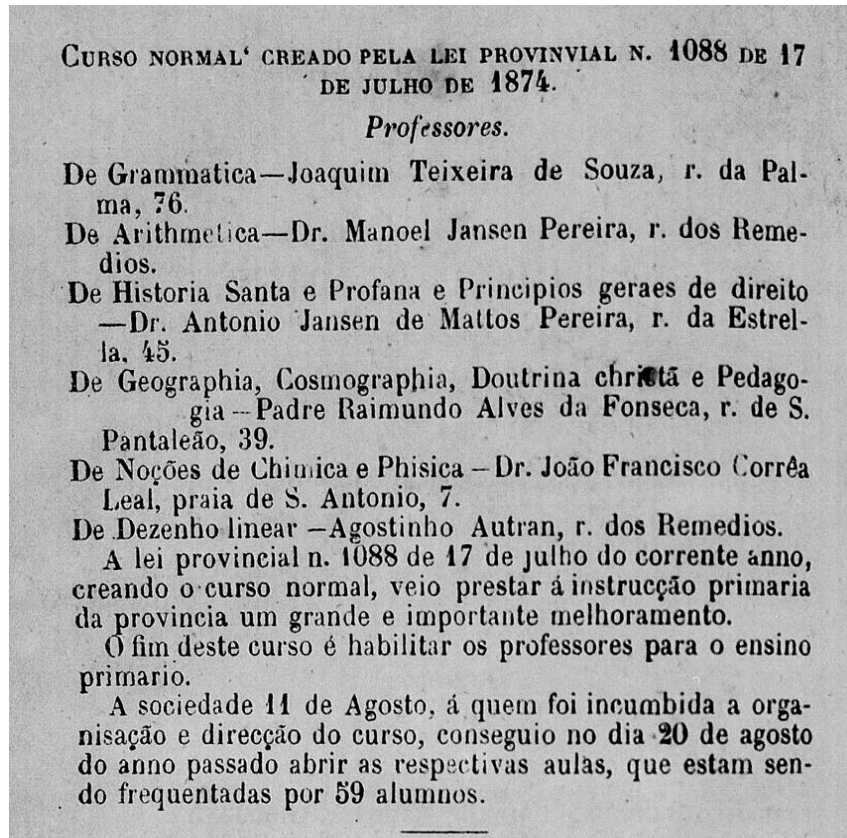
(SALDANHA, 2008, p. 113)

Em sua lei de criação foi estabelecido de imediato a indicação de seis professores:

³ Piauiense, nascido em Oeiras em 1814, fez estudos preparatórios na Bahia e mais tarde, em Olinda, bacharelou-se em direito. No Maranhão, exerceu por longo tempo as funções de Diretor da Instrução Pública e Inspetor da Tesouraria da Fazenda.

⁴ Sociedade filantrópica, fundada em 1870, por iniciativa do advogado e jornalista Antonio de Almeida Oliveira e do matemático João Antonio Coqueiro. Tinha como objetivo ofertar cursos noturnos e gratuitos de alfabetização aos operários de São Luís.

Figura 2: Lei de criação do Curso Normal



Fonte: Almanak (1875, p.352).

As cadeiras eram organizadas de acordo com o ano de ensino. No 1º ano, o curso oferecia as cadeiras de: Gramática e Língua Portuguesa; Aritmética e Geometria; Moral, Doutrina Cristã e Pedagogia; Geografia, Física e Cosmografia; Direito Natural e Economia Política; e Desenho Linear. No 2º ano, dava-se continuidade à cadeira de Gramática e eram oferecidas as cadeiras de História Santa da Idade Média e Moderna; Física, Química e História Natural; e, Desenho Linear.

No que trata ao ensino de matemática, ficou a cargo do Dr. Manoel Jansen Pereira⁵ a cadeira de Aritmética. Segundo Viveiros (1953), o ensino de aritmética envolvia teoria aplicada aos problemas usuais da vida. Além da cadeira de Aritmética, o curso

⁵ Engenheiro, frequentou a École de Paris por volta de 1862. Em 1874 também foi nomeado o bibliotecário da Sociedade Onze de Agosto. Foi vice-presidente da Província do Maranhão, nos períodos de: 1º de agosto a 1º de outubro de 1866, de 4 de abril a 29 de maio de 1867, e de 5 de maio a 1º de agosto de 1868. Exerceu a função de Engenheiro Fiscal do Porto do Maranhão de 1901 a 1908. Exerceu a função de Engenheiro da Companhia de Ferro Carril de 1903 a 1910. Foi Tenente do 2º Batalhão da Infantaria do Estado do Amazonas em 1908 e Tenente da 4ª Companhia do Batalhão Militar do Estado do Amazonas de 1909 a 1915, estando como tenente-coronel disponível no ano de 1927. Foi Delegado de polícia do Estado do Amazonas em 1909. Presidiu a Sociedade Maranhense de Pensões (Rua de Nazaré, 38-A) do Estado do Maranhão de 1911 a 1914.

contava com a cadeira de Geometria. Esta envolvia a prática com aplicação à agrimensura, nivelamento e levantamento de plantas.

O ensino de matemática estava então, de acordo com as outras disciplinas, não envolvia o ensino mútuo, logo as lições eram transmitidas em tempo pré-determinados, os conteúdos eram sequenciados do mais fácil para o mais difícil e as lições eram transmitidas pausadamente, dando tempo para que os alunos escrevessem, o que o professor ditava.

Mesmo com toda a organização e com matrícula inicial de 59 alunos, o Curso Normal não vingou, e teve suas portas fechadas em 1882 sem que nenhum professor se formasse.

ESCOLA NORMAL: tentativa no governo de José Tomás Porciúncula

A efetivação de uma Escola Normal no Maranhão aconteceu somente após a proclamação da república, em 1890. A instalação seria novamente no prédio da Igreja do Carmo, mas como houve contratempos, funcionou num prédio localizado na Rua Formosa, nº 28. Assim, no governo do Dr. José Tomás Porciúncula⁶, teve-se que,

Fica criada nesta capital uma Escola Normal, onde funcionarão as seguintes cadeiras: 1º Gramatica Portuguesa e Literatura brasileira e portuguesa. 2º Arithmetica, Algebra, Geometria e Trigonometria. 3º Elementos de Physica, Chymica e Mineralogia. 4º Elementos de Botanica, Zoologia e Geologia. 5º Geographia Geral e do Brazil. 6º História Geral do Brazil. 7º Pedagogia. 8º Desenho. 9º Musica. 10º Gymnastica.

(MARANHÃO, Decreto nº 21 de 15 de abril de 1890)

O ensino de matemática, por meio da 2ª cadeira, apresentava as ramificações da matemática da época, demonstrando a exigência de um currículo mais abrangente, objetivando fornecer ao professor normalista uma formação geral para o seu ensino.

Como a escola funcionaria em três anos, a matemática foi subdividida de forma que, no 1º ano, os alunos estudariam Aritmética teórica, prática e comercial, além de Geometria prática; no 2º ano, estudariam Álgebra elementar, Geometria, Trigonometria, além de Geometria prática; e, no 3º ano, estudariam elementos de Geometria descritiva e desenho linear.

⁶ Nascido em Petrópolis, em 1854, doutorou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. No Maranhão, foi deputado provincial, além de ter sido o primeiro presidente republicano do estado.

A organização curricular da escola continha teoria e prática. Mas essa metodologia, tanto no ensino de matemática como nas outras disciplinas, constituía a identidade da própria Escola Normal em todo o Brasil, o que de acordo com Moacyr (1939, p. 51), “a aula de Pedagogia reunirá o ensino teórico ao prático. É esta a única diferença entre uma Escola Normal e um Liceu”.

Porém, não encontrou-se nenhum registro sobre a parte prática ou se realmente ela aconteceu em São Luís. Essa divisão e seus empecilhos acabaram contribuindo para a fragilidade do ensino nas Escolas Normais como um todo, pois segundo Aranha (1996, p. 155), o ensino era “formal, distante das questões teóricas, técnicas e metodológicas relacionadas com a atuação profissional do professor, além de funcionar de maneira precária e irregular”.

Desta forma, a Escola Normal enfrentou muitos problemas: de 1890 a 1895 o número de alunas caiu consideravelmente e as professoras que se formavam não exerciam a docência. Segundo Tanuri (2000, p. 65) havia “falta de interesse da população pela profissão docente, acarretada pelos míseros atrativos financeiros que o magistério primário oferecia e pelo pouco apreço de que gozava, a julgar pelos depoimentos da época”. Em São Luís ainda houve a indisponibilidade de cadeiras oferecidas aos professores, devido à lei de vitaliciedade. Tudo isso fez com que fosse proposto o fechamento da escola.

Porém, em 1895, Benedito Pereira Leite⁷, com a reforma do ensino público através da Lei nº 9.919, propôs mudanças para a melhoria da Escola Normal. Segundo Saldanha (2008, p. 90), Benedito Leite “acreditando na importância da habilitação do professor primário como forma de melhorar esse nível de ensino, lutou para revitalizar a Escola Normal e posicionou-se firmemente contra as tentativas de extingui-la”. Medidas tomadas, como o aumento do salário dos professores e oportunidade de novos professores pleitearem cadeiras, faziam com que Benedito Leite acreditasse que com professores mais jovens, os métodos seriam mais inovadores e atraentes para os alunos.

Apesar das várias reclamações dos professores que ocupavam cargos vitalícios, e que se sentiam prejudicados, o número de alunos cresceu novamente e em 1898 se inscrevem os primeiros alunos do sexo masculino.

⁷ Maranhense, nascido na cidade de Rosário, em 1857, bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1882. Desenvolveu vários trabalhos como político. Foi membro da Junta governativa maranhense em 1891 e governador do Maranhão, entre 1906 e 1908.

Em 1896, houve uma reforma no currículo, deixando-o mais simples para que os alunos investissem mais nessa formação. O Regulamento da Escola Normal o definiu assim: 1º ano: Língua Portuguesa, Língua Francesa, Aritmética até proporções; Corografia do Brasil; História do Brasil, especialmente do Maranhão; 2º ano: Língua Portuguesa, Língua Francesa, Aritmética (revisão da primeira parte e estudo da segunda, excluindo os logaritmos), Geografia Geral; Física e Química (noções), Pedagogia, Desenho, Música e Ginástica. 3º ano: História Universal, História Natural, Literatura portuguesa e brasileira, Instrução Moral e Cívica, Pedagogia, Desenho, Música e Ginástica.

Com esse currículo “mais simples” observamos que a matemática foi retirada das aulas do 3º ano, além de delimitar seus conteúdos nos 1º e 2º anos. As meninas ainda teriam aula de costura, bordado e economia doméstica. Isso demonstra que, ao tentar agradar ou buscar novos alunos para a Escola Normal, esta se tornava “mais simples” com relação aos outros ensinamentos.

Mesmo com número crescente de alunos, o número de diplomados não foi o esperado. Havia falta de livros didáticos e manuais de Pedagogia. A parte prática do currículo não correspondia à docência nas escolas primárias. Mais uma vez foi preciso rever a situação da Escola Normal em São Luís. Novamente, Benedito Leite interferiu e, através da Lei nº 155, de 6 de maio de 1896, foi criada a “Escola Modelo do Maranhão”, que em 1899 passou a ser chamada de “Escola Modelo Benedito Leite”.

A Escola Modelo Benedito Leite só foi funcionar de fato em 1900, para ambos os sexos, como campo de estágio para normalistas, com recursos e um currículo rigoroso. Mas era, então, uma instituição para filhos da elite.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Segundo Tanuri (2000, p.67), “no final do Império, a maioria das províncias não tinha mais do que uma escola normal pública, ou quando muito duas, uma para o sexo feminino e uma para o masculino, organizadas com dois a quatro anos de estudos, geralmente três”. Viu-se que na cidade de São Luís, a Escola Normal funcionou de fato, a partir de 1900.

Desta forma, pode-se considerar que no século XIX a educação, na capital São Luís, estava intimamente relacionada com as políticas que permeavam a sociedade da

época. Assim, cabia à escola, preparar os futuros trabalhadores para seu ofício. Cabia aos livros, serem importantes manuais a serem seguidos pelos professores. Cabia às tipografias, a impressão e reprodução destes livros. Cabia aos professores, entre outras funções, ensinar matemática.

Conhecer um pouco da história da criação de uma escola normal na cidade de São Luís, no século XIX, levou-nos a refletir sobre a preparação desses professores. Vimos como as tentativas passaram ao longo do século e deixaram lacunas na formação docente. Vimos um currículo prescrito – e com ele o de matemática –, mas não posto em prática, já que as tentativas resultaram em fracassos.

A escrita deste trabalho auxilia-nos assim, na compreensão das necessidades da sociedade maranhense da época, uma vez que é preciso reconsiderar o lugar do ensino da matemática na educação do passado. Este é um caminho para quem sabe, compreendê-la no presente.

REFERÊNCIAS

ALMANAK Administrativo da Província do Maranhão - 1869 a 1875.

ARANHA, M. L. de A. **História da Educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BURKE, P. **A escrita da história**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

CHERVEL, A. **História das disciplinas escolares**: reflexões sobre um campo de pesquisa. 2. v. Porto Alegre: Teoria e Educação, 1990.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

MARANHÃO. Decreto N° 21 de 15 de abril de 1890.

_____. Lei Provincial 76/1838.

MOACYR, P. **A instrução e o império**: subsídios para a história da educação no Brasil (1823-1853). São Paulo: Editora Nacional, 1936.

_____. **A instrução e as províncias**. 2. v. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

SALDANHA, L. L. **A instrução pública maranhense na primeira década republicana**. Imperatriz: Ética, 2008.

TANURI, L. M. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**. n. 14. Mai/Jun/Jul/Ago, 2000.

VIVEIROS, J. Apontamentos para a história da instrução pública e particular no Maranhão. **Revista de Geografia e História**. São Luís. v. 4, p. 3-43, dez, 1953.